

ATA DA 17ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2014/2016
REALIZADA EM SEIS DE ABRIL DE 2016.

No dia seis do mês de abril de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Sétima Reunião Ordinária – biênio 2014/2016 - do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 16ª reunião – biênio 14/16; 2 – "Diagnósticos e Penalidades Administrativas - CETESB" – EneDir Rodrigues – Gerente da Agência Ambiental da CETESB – Santos; 3 - Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: SEMAM II, SESEG, SEDUC, SETUR, SMS, SESERP, SEDURB, SECULT, COHAB, PRODESAN, CET, UNISANTA, UNIFESP, UNISANTOS, UNILUS, CREA, CIESP, S. ENGENHEIROS, ECOFAXINA, ASSOC. MOKITI OKADA. Foram justificadas as ausências de SEMAM I, SEPORT, UNIMONTE, A.C.S., IMA, ASSOC. SURF, SOS ORQUIDÁRIO. O presidente iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros presentes e convidados. A ata, enviada por e-mail para leitura prévia, foi aprovada por unanimidade. O presidente apresentou o Sr. EneDir, que agradeceu e informou que atua há 30 anos na Cetesb e explicou o que a empresa fiscaliza e o que licencia. A Cetesb, uma empresa de economia mista, vem ampliando os conceitos sobre poluição, padrões de qualidade e ações administrativas. As agências são descentralizadas, cerca de 50, na Baixada Santista, duas, em Cubatão e em Santos e sete dos municípios da Baixada sob jurisdição da agência de Santos. As ações preventivas e de licenciamento englobam as áreas industriais, supressão de vegetação e a partir de 2015 os terminais de grãos, com o Ibama. Já a corretiva, aplica sanções: uma advertência, três multas e após a terceira, interdição com autorização da Secretaria de Meio Ambiente. Há licenciamentos sendo modificados, ainda estão adaptando o sistema, mas que demoram a acontecer pois as empresas recebem prazo para se adequarem, como o processo de licenciamento de *shiploader* e das áreas verdes de condomínios. Os grãos derramados na avenida devem ser fiscalizados não só pela Cetesb, mas pela Codesp e CET também. Além disso, atendem o Ministério Público, foram 560 processos em 2015. O gerente anterior chegou a ter um mal súbito pois a pressão é grande. Em casos gravíssimos, utiliza-se o Decreto Federal, como nos acidentes da Ultracargo que recebeu multa de 22,5 milhões e da Localfrio, de 10 milhões, com exigência de reparar os danos. Sra. Taís/CIESP perguntou se a multa foi paga e ele respondeu que da Ultracargo sim, após entrarem com recurso que foi indeferido, mas por pagarem 10 dias antes do prazo receberam 30% de desconto, pagaram R\$ 16 milhões. A Localfrio está com recurso administrativo e com certeza a resposta será com indeferimento. Sra. Taís perguntou sobre o caso da Ultracargo, com o caos que causou recebeu multa de 22,5 milhões, o que é necessário para um acidente chegar à multa de 50 milhões. Ele respondeu que houve danos, existe uma lei na qual precisam enquadrar os acontecimentos e que é difícil valorar e se não estiverem de acordo, a empresa pode derrubar a acusação. Ela perguntou em que caso aplicam o máximo valor de uma multa. Ele respondeu que quando morrem pessoas e se a emissão de poluentes for direta. Sr. Salgosa/CREA exemplificou com o desastre da empresa Samarco, em Mariana, Minas Gerais, que foi crônico. Sr. Lustoza/AEAS lembrou que a empresa será penalizada em várias instâncias, inclusive por atrapalhar a logística do Porto. Eles avaliam o cenário, produtos, riscos e auxiliam outros órgãos e exige ações dos responsáveis de segurança. Sr. Bandini/Defesa Civil citou que em 2011 houve acidente com mortes na pedreira Santa Teresa, acontecimento que sirva para tirar lições a fim de alterar a legislação e os procedimentos, o que parece não ter acontecido. Lembrou que acidentes aéreos, após a comoção, exigem uma avaliação técnica para se aprender com o ocorrido. A Cetesb se afastou durante meses da análise. Perguntou se eles têm essa possibilidade ou se ele também se ressentia dessa letargia. Sr. EneDir disse que no caso da Ultracargo a Secretaria de Meio Ambiente elaborou uma resolução para análise. Sr. Bandini sugeriu e pediu para registrar em ata que eventos em Santos e Baixada Santista gerem procedimentos que resultem em ações. Sr. EneDir mostrou os danos da Ultracargo e as ações da Cetesb, inclusive para não agravar a situação no caso da Localfrio, o elemento acrilato de butila irritaria mais o aparelho respiratório ao inalarem,

pois é tóxico e letal. Foi formado grupo técnico na Cetesb e realizaram vistorias em todos os terminais, com gerenciamento de risco e ações de emergência. com a Secretaria de Meio Ambiente para produzir um plano de gerenciamento de risco com medidas para todos os terminais, com recomendações gerais para os bombeiros, Codesp, ABNT, Cetesb com a fiscalização e outros. Sr. Bandini destacou que a nova legislação tem como foco a prevenção e que todas as políticas e empresas incorporem os procedimentos priorizando a prevenção. Sr. EneDir enfatizou que as partes terão que conversar melhor. Quanto a sanções, a adequação precisa ser geral, por exemplo, os caminhões dos bombeiros, não conseguiram encaixar as mangueiras das empresas por serem diferentes. O Ministério Público quer implantar o APELL, e como rota de fuga só temos a rodovia Anchieta. No caso da Localfrio, a emissão do gás tóxico inverteu do Guarujá para Santos, houve congestionamento no trânsito. Concorde que é preciso ter, mas não é tão simples fazer funcionar. Sr. Lustoza disse que os bombeiros reclamaram sobre o inventário de carga, uma célula de crise e a consequência é saber se a legislação não está muito frouxa. E pediu para registrar em ata que, como CREA, deixaram uma sugestão sobre o sistema de alagamento dos tanques, o primeiro falhou, deveria haver redundância, ao menos 2 sistemas e no caso de região urbana, sugeriu que sejam três. Sr. EneDir disse que por volta de 40 containeres, de 66, continham o produto e não sabiam, pois ele entrou como produtos diversos perigosos e até descobrir, já estavam combatendo com água, o que causou a reação química. Outra dúvida: de quem era a competência. Além disso, estava chovendo, o que provocou uma reação isotérmica, senão, deixariam queimando. As análises mostram que talvez houvesse um container avariado e nem todos são fiscalizados ao entrarem no porto, o local estava alagado. Sr. Salgosa perguntou se há um relatório contendo as causas. E sua dúvida é sobre o início do incêndio, se o agente foi água ou se foi outro elemento, pois o produto são pastilhas que tratam as piscinas e quando assim usadas, não pegam fogo. Sr. Márcio Paulo/Semam disse que são muitas possibilidades, mas o mais provável é a reação térmica. Sr. Lustoza lembrou que por definição container deve ser estanque à água e à luz. Sr. EneDir disse que há locais que não aceitam os containeres avariados, mas outros sim. Sr. Márcio disse que a legislação preventiva existe, mas a morosidade para colocar em prática é muito grande. Sr. EneDir citou a importância de tranquilizar a população para evitar pânico, e que a burocracia também atrasou o atendimento. Sr. Jason disse que alguns projetos têm falhas, o que falta é o princípio da precaução, saber quais produtos estão armazenados é essencial. Exigir das autoridades principalmente para produtos químicos tóxicos. Sr. Paulo Marco/Semam disse que se existe dificuldade na fiscalização dos containeres, é preciso passar por triagem mais rigorosa e saber de quem é a competência. Completou dizendo que como sociedade civil podem exigir mais concursos públicos. Sr. EneDir explicou que a Cetesb também tem dificuldades e existem responsabilidades que são de outros órgãos. Sr. Lustoza disse que o container é de responsabilidade muito séria, cada ponto tem que ser muito bem avaliado, mas há fragilidade no sistema, se o trem entrega para o navio e esse para o caminhão, cada porta tem que ser fiscalizada, as seguradoras de empresas utilizam padrão ISO, com vistoriadores certificados, que nem sempre são contratados. Sr. Ademar perguntou sobre armazenagem de containeres e Sr. EneDir disse que há regras de segregação, de acordo com o conteúdo. Lembrou que o destino desse container era um caminhão, e aí sim haveria risco para população. Sr. Ademar disse que estaria sozinho na estrada, o problema eram os produtos que estavam ao lado, no armazém. Sr. EneDir contou que fizeram operação de retirada de containeres que poderiam ter explodido, sem necessidade de passar a informação à população. Sr. Jason perguntou sobre a água salgada que combate os incêndios, a reação forma dioxinas que são venenosas para a população, que seria melhor usar água doce e a dispensa das águas e espumas contaminadas no mar causam mortalidade de peixes. Ele respondeu que os riscos são analisados na hora e a situação não favorecia o uso de água doce. A Cetesb tem setor de emergência e as ocorrências têm diminuído principalmente no transporte rodoviário. Sr. Renan/Unisantia perguntou se a multa da Ultracargo reverterá para os danos ambientais causados. Sr. EneDir disse que é direcionada para a Cetesb investir em sua infraestrutura interna e capacitação dos funcionários. Sr. William perguntou se o sistema é automatizado para o inventário dos produtos e se precisa de pessoas nos locais perigosos. Disse que havia o sistema mas houve contratemplos e que a

manutenção e vistorias dos terminais são essenciais, estão tentando adequar e finalizando os relatórios individuais. Sr. Arlindo/Codesp completou os esclarecimentos, disse que todo terminal portuário possui sistema informatizado de tudo que entre e sai. No caso da Localfrio, o local foi imediatamente evacuado, não havia ninguém na área administrativa para acessar os computadores. Deveriam ter escritório fora do Porto, por isso demorou a chegar a informação sobre qual era o produto e como a brigada de incêndio deveria combater. Por conta dessa demora, a Codesp resolveu interferir e todo terminal portuário deverá informar *full time* à Codesp, principalmente para avisar os bombeiros. Sr. Salgosa disse que falta uma sala de crise. Sr. Arlindo disse que o vento estava para cima e mudou de direção. Não podem confiar nos equipamentos dos terminais e vão melhorar a maneira com controle próprio, alimentando o sistema para informar o que seja necessário. A fiscalização do contaner é muito rígida em função das transferências para que a empresa não seja responsabilizada por alguma avaria. São fiscalizados por funcionários da Localfrio, registram as avarias e, caso seja muito grave, podem recusar, volta para a estrada. Do terminal para o navio também é fiscalizado, e o inverso também acontece. Ainda não há avaliação final, ambos estão sob investigação policial. A Ultracargo não está sob gestão da Codesp, é particular. O alvará foi cassado e o terminal está inoperante. Sr. Paulo Marco perguntou sobre o sistema de pânico, comparado com o incêndio de Santa Maria, se não há saída, morrem todos queimados. Pensando em ordenamento urbano, e que temos zona industrial de Cubatão, o porto, com elementos perigosos, a construção civil chamando mais pessoas, navios com calado cada vez maior, encurralando a população, perguntou qual o plano de fuga. Serra, Praia Grande, mar? De acordo com o zoneamento de uso do solo, não deveríamos ter esses produtos próximos de áreas habitacionais. Até que ponto o país deve investir em áreas com menos densidade habitacional ou com rotas de fuga. Se acontecer calamidade grande, ficaremos presos no congestionamento na serra, morrendo intoxicados. Sr. Salgosa informou que a Carta de Santos também está tratando das rotas de fuga. Sra. Greicilene disse que quanto ao LUOS, está sendo questionado pelo supremo. A liminar é de que o município não pode legislar sobre a área do porto, de âmbito federal. Quanto à associação, disseram que fizeram muitos investimentos para sair de onde estão. O arquiteto Carriço tem como opinião rever o ordenamento e trazer ao Conselho. Outro assunto, sobre as emissões veiculares, a frota está maior, inclusive de veículos pesados, qual caminho tomar. Sr. Enedir disse que há duas estações de análise da atmosfera, no Hospital Guilherme Álvaro e no Parque Rebouças. Os veículos são obrigados a seguir padrões de emissões, saem padronizados das montadoras e quanto à fumaça preta são autuados, além da multa de trânsito e não podem renovar o licenciamento. Estão pedindo para usar mais modal ferroviário, o que também entrará no licenciamento dos terminais de grãos. Sra. Taís/Ciesp perguntou se não poderia ter um canal para envio de foto e Sr. Arlindo disse que é preciso cuidado com as fotos manipuladas, Sr. Enedir informou que precisa ter a placa do veículo. Sra. Thaís disse que já foi multada mas que suas denúncias não foram levadas em consideração. Sra. Fernanda/Unisantos perguntou se estão utilizando a metodologia APELL. Disse que além de rota de fuga é preciso que haja a comunicação de risco para a população, como necessidade de uso de máscara. Obrigatoriedade de saber qual o produto, o risco, e o que fazer. Em segundo lugar, quando houve o acidente da Ultracargo, ouviu a entrevista de uma pessoa do ABTL, com quem concorda, ele disse que foi difícil encontrar o quadro técnico e ter tomada de decisão, no caso, era feriado, então, sugeriu criar um comitê altamente técnico, multidisciplinar, permanente e deliberativo. Sr. Enedir disse que em evento na OAB, uma medida levantada é ter produtos que apaguem incêndios em bases aéreas. Sr. Arlindo explicou que o comando da ação é exclusivamente do corpo de bombeiros, do comandante da região, e as entidades colaboram, o comitê de crise é instalado no local do incêndio. Na Ultracargo não houve demora, Sr. Bandini concordou e completou que a sinergia operacional e técnica foi perfeita. A ação foi rápida, inclusive para importar a espuma que havia acabado no país, se falou com Brasília e foi transportada pela FAB, pois pelo rito normal de importação demoraria meses. Quanto à APELL, está sendo rediscutido, no momento é capitaneado pela defesa civil do estado de São Paulo e pelos bombeiros. Reforçamos ao governo federal q precisam de verba para a entrada da cidade, na Alemoa, que o assunto teve ligeiro avanço. Sra. Taís disse que o caminho é a Anchieta, e o problema continua. Sr. Enedir explicou que projetos de outras

estradas e o túnel estão arquivados. O chefe da defesa civil de São Paulo ficou a 5 horas de evacuar a cidade, caso não fosse controlado naquele momento. Destacou que a prefeitura jamais pode legislar sobre a área da União do Porto, na Alemoa sim. A Ultracargo está fora da área da União. Sra. Paula/ FMO, sobre inspeção veicular, disse que em São Paulo ela mesma fez denúncias, anotando a placa e sugeriu que adotem em Santos. Sr. Enedir informou que é adotado para todo o estado. Sra. Paula disse que tem visto capina química feita pela Terracom na cidade, perguntou como controlar em ambiente urbano e se está na abrangência da Cetesb. Sra. Marly/Prodesan informou que fiscalizou a Terracom pessoalmente em dezembro e que a capina não é química, é manual. Sra. Paula disse que tem fotos, utilizando bombas próximo do Orquidário e que o animal de estimação de uma amiga morreu um dia depois de aplicarem o produto. O presidente sugeriu enviar ofício para Seserp e Semam. Sr. Arlindo informou que os produtos liberados não são agressivos ao solo, mas não fizeram estudos em ambiente urbano e as consequências em pessoas e animais, está sendo questionado, ainda em estudo pela Anvisa que ainda não autorizou. Sr. Ademar perguntou sobre a atuação da Cetesb quanto à balneabilidade. Sr. Renan informou que não saiu o relatório, mas uma nota no site disse que melhorou, mas em Santos não. Sr. Márcio Paulo sugeriu o tema balneabilidade para próxima reunião do Comdema. Sr. Lustoza falou que o que adianta se as palafitas continuam largando esgoto no mar. Sr. Enedir disse que é uma invasão e está aumentando. Sra. Marizete relatou o serviço realizado pela SEMAM em conjunto com a Sabesp de Caça a Ligações Clandestinas, que até o final do segundo governo Papa localizou 34.000 ligações. O presidente propôs palestra sobre o assunto em conjunto com as universidades e que quem tiver sugestões de assuntos, tragam ao Comdema. Sr. Márcio Paulo sugeriu a Sra. Cláudia Lamparelli. Sr. Ademar agradeceu em nome do Comdema a presença de Sr. Enedir, que enalteceu que é importante o diálogo. Entre os Comunicados da Secretaria, dois ofícios enviados pelo vereador Hugo Dupré, sobre árvore acimentada e sobre poluição atmosférica, a fim de que os recursos das multas sejam transferidos ao Fundo de Meio Ambiente. Entre os Assuntos Gerais, Sr. Paulo Marco lembrou que dia 5 de junho é comemorado o dia do meio ambiente e solicitou que as entidades enviem suas sugestões para atividades integradas, para realizarem o Mês do meio-ambiente. Ficou acordado que a prefeitura enviará o que já tem para as entidades complementarem. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária